AGROANALYSIS

PERIÓDICOS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 5 Nº 1 JANEIRO DE 1981

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Mandioca; Cana-de-Açúcar; Serviço de Dados Básicos	Francisco Antônio da Fonseca Meneses
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa
Olericultura; Fruticultura	Iracema Bouzas Pessôa
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão; Serviço de Cadastro	Irene Raguenet Troccoli
Milho; Sorgo; Rações; Pecuária Bovina	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Moeda e Crédito; Fumo; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Comércio Exterior	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final	Emerson da Silva Martins
Secretária	Jorgina Leite Lemos
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação	Maria Eunice Rocha
Datilógrafa	Suely Diniz da Costa
Estagiários	Benjamin Grosskopf
	Deborah de Almeida Lima
	Teresa Rietra Pereira

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v.I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

Algodão 3

Comentários

Arroz 15

Batata 17

NOTA DA EDIÇÃO

Durante a década de 1970, a lavoura do algodão registrou franco declínio, no Brasil. O país, que chegou a colher pouco mais de 2,5 milhões de toneladas, em 1972, teve que se contentar com menos de 1,9 milhão de t de algodão em caroço, em 1980. A explicação para esse retrocesso reside, em boa parte, na diminuição da área plantada em São Paulo, principal estado produtor e na queda de rendimento verificada no Nordeste.

Os problemas que afetam a cultura do algodão no Centro-Sul do país, sobretudo a concorrência por parte de outras lavouras mais rentáveis, já foram abordados pelo Grupo de Informação Agrícola (ver Agroanalysis, vol. 3, nº 5, junho de 1979).

Nesse número, procura-se completar a análise, examinando-se as condições em que é produzido o algodão no Nordeste.

O diagnóstico não é dos mais encorajadores. Da produção à comercialização, passando pelas práticas de financiamento, a atividade algodoeira nordestina necessita de urgente reformulação. Alguma coisa já está sendo feito neste sentido pela Sudene, através de dois programas destinados a modificar o processo de decadência da cotonicultura setentrional. O primeiro deles prevê a instalação de um pólo industrial têxtil naquela região. O segundo refere-se às pesquisas com o algodão, a serem efetivadas pela Divisão de Pesquisa e Experimentação da Sudene, juntamente com o Centro Nacional de Pesquisa de Algodão (CNPA) da Embrapa, sediado na Paraíba.

O estudo apresentado neste número encarece, no entanto, a necessidade adicional de se alterar a atual estrutura de comercialização e financiamento do algo-

dão, com o fim de garantir aos produtores a apropriação dos ganhos de produtividade e a obtenção de preços remuneradores.

A partir da página 15 são apresentados, ainda, dois comentários. O primeiro examina a evolução real dos preços médios recebidos pelos produtores de arroz, ao longo do ano de 1980, concluindo que a compressão excessiva da remuneração dos agricultores pode comprometer, a médio prazo, a recuperação que se registrou, em 1979/80, no plantio dessa lavoura. O segundo comentário aborda os problemas da produção de batata no Brasil e prevê que a redução da safra — da ordem de 10% em relação ao ano passado — e a provável maior procura por esse produto, em função da retirada do subsídio ao trigo, poderão provocar uma forte elevação dos preços do tubérculo, no decorrer de 1981.

Finalmente, cabe comunicar aos leitores que, neste número de Agroanalysis, assim como no próximo, não será publicada a seção "Acompanhamento das Culturas Temporárias". A ausência se explica pelo fato de que os contornos da safra 1980/81 já estão praticamente definidos e só serão alterados por algum evento climático de grandes proporções, circunstância em que o Grupo de Informação Agrícola fará uma avaliação detalhada da situação.

Também não constará deste número o "Panorama Agropecuário", tendo em vista que a maioria dos técnicos do Grupo se encontra em viagem, colhendo informações para a publicação, em março, de um número especial sobre a safra 1980/81. Nessa ocasião, será feita uma previsão do efeito que a safra deste ano poderá ter sobre os preços agrícolas e sobre o comércio exterior do país.

ALGODÃO

AS PECULIARIDADES DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO NORDESTE SÃO RESPONSÁVEIS PELA QUEDA NA PRODUÇÃO DA COTONICULTURA NAQUELA REGIÃO, QUE SE VERIFICA, HÁ ANOS. AS MEDIDAS POSSÍVEIS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO E DOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO, COM VISTAS NÃO APENAS AO AUMENTO DA PRODUÇÃO MAS, TAMBÉM, Á MELHORIA DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS PRODUTORES DIRETOS CONSTITUEM O OBJETO DESTE ESTUDO.

A PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO NORDESTE

Na década de 70, o desempenho da produção algodoeira[1] no país foi bastante insatisfatório. As causas diretas da retração do volume produzido, principalmente a partir do ano-safra 1972/73, foram a diminuição da área ocupada com esta cultura na região meridional e a queda da produtividade do algodão nordestino. De fato, entre as safras 1972/73 e 1979/80, a área colhida do algodão meridional regrediu anualmente cerca de 5%. Nem mesmo a introdução das variedades mais produtivas (IAC-17 e IAC-18) nas duas últimas safras, impediu a evolução negativa da produção na região, naquele período, em torno de -1,78% a.a.[2]. Na região setentrional (Norte-Nordeste) por outro lado, as razões do fraco desempenho da cultura algodoeira situaram-se, sobretudo, na queda do rendimento físico da lavoura, que obedeceu ao ritmo de -6,65% a.a., no período 1973/80. Para se ter uma idéia dos baixos índices de produtividade obtidos na região, basta observar que, no que diz respeito ao algodão herbáceo, o Nordeste, com uma área equivalente a quase 45% dos hectares plantados com essa espécie no país, colhe somente 16% da produção nacional. O resultado da conjugação desses fatores foi que a produção nacional experimentou redução da ordem de -3,93% a.a., no período considerado. O presente estudo objetiva detectar as causas que explicam o decréscimo da produtividade e a estagnação da área ocupada com esta lavoura no Nordeste do país[3].

CARACTERÍSTICAS DA COTONICULTURA NORDESTINA

A baixa produtividade da lavoura algodoeira no Nordeste resulta de inúmeros fatores, dentre os quais se destacam o clima, as técnicas rudimentares de produção, as formas arcaicas de exploração

(1) Medida em algodão em caroço.
(2) Os cálculos das taxas anuais de crescimento foram feitos com base em médias móveis trienais, a partir da safra 1971/72.

(3) Entre 1973 e 1980, a área colhida com algodão na região setentrional decresceu a uma taxa de 0,62% a.a.

da terra e os mecanismos viciados de comercialização. Estes fatores não atuam de forma isolada, mas interagem, formando um sistema complexo, que frustra, muitas vezes, as iniciativas públicas destinadas a estimular o progresso da cotonicultura nordestina.

O clima, por exemplo, mais adverso no Nordeste do que no Sudeste e Centro-Oeste do país, contribui sobremaneira para elevar os riscos da atividade algodoeira nordestina que, não raramente, apresenta prejuízos. Nessas condições, o uso de técnicas primitivas de produção tornou-se a base da exploração da fibra, uma vez que o aprimoramento tecnológico torna o empreendimento mais arriscado, porque implica maiores investimentos em máquinas e despesas com insumos.

Foi nesse contexto que se disseminou o plantio consorciado, prática comum na região, como forma de reduzir os riscos associados ao cultivo do algodão. Esse tipo de cultivo apresenta-se sob três modalidades: 1) consórcio alimentar, geralmente entre algodão, milho e feijão, prática inerente ao sistema de parceria; 2) consórcio com a pecuária e 3) consórcio algodão arbóreo e algodão herbáceo. O primeiro tipo é característico da unidade familiar de produção, base da economia algodoeira no Nordeste, na qual parte da alimentação do produtor provém da agricultura de subsistência. Normalmente, o consorciamento é feito com o algodão arbóreo, uma vez que o herbáceo plantado desta maneira produz muito pouco. Tal fato explica porque o algodão arbóreo é mais explorado, via parceria, do que o herbáceo. Para ser consorciado com o milho e o feijão, o algodão arbóreo, a partir do segundo ano, tem que ser podado, o que reduz a quantidade a ser colhida do produto. A queda na produção é evitada com a renovação contínua da área plantada com o algodão arbóreo.

O consórcio com a pecuária objetiva precipuamente reduzir a instabilidade da cotonicultura. Se a propriedade não dispõe de campos suficientes para a pastagem, a área plantada com o arbóreo, após a colheita, serve de pasto para o gado. Em anos de seca, são as flores dos arbustos de algodão que alimentam o gado, o que faz diminuir o número potencial de capulhos, base direta da produção da fibra. O consórcio com o boi traz um outro tipo de conseqüência para a produtividade do algodão. A vegetação nativa que se cria entre as fileiras do algodão arbóreo geralmente não é retirada, por servir para alimentar o gado bovino. Esta vegetação compete com o algodão na busca de nutrientes do solo, prejudicando o desempenho da cultura. Existem recomendações técnicas que tornam possível conciliar um rendimento satisfatório do algodão com a presença da vegetação concorrente, desde que se faça a capina durante o período de dois a três meses após o início das primeiras chuvas[4]. No entanto, a prática da roçagem é feita inadequadamente, o que prejudica mais ainda o rendimento das plantas.

SEMENTES, UM PROBLEMA A MAIS

A escassa utilização de sementes melhoradas também é uma das razões para a baixa produtividade da cultura algodoeira no Nordeste. Segundo o programa nacional para o incremento da produção e da utilização de sementes melhoradas (1980/84) de responsabilidade do MINAGRI, a oferta de sementes melhoradas, em 1979, foi de 31,959 mil t para as lavouras do algodão herbáceo e de 1,488 mil t para o algodão arbóreo. De acordo com o ***Prognóstico da Região Centro-Sul 1979/80*** da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, a região produziu 23,016 mil t de sementes melhoradas (somente variedades herbáceas). Por dedução, conclui-se que 8,943 mil t teriam sido produzidas no Nordeste. De acordo com o programa de sementes melhoradas, a densidade média de plantio recomendada para o algodão herbáceo gira em torno de 39 kg/ha. Como a área colhida do algodão na região meridional, naquele ano, foi de cerca de 760 mil ha, a necessidade global de sementes foi da ordem de 29,7 mil t, ou seja, cerca de 77,5% das sementes plantadas eram melhoradas.

No Nordeste, foram colhidos 523 mil ha do algodão herbáceo que, multiplicados pela densidade de plantio (39 kg/ha) representaram, naquele ano, uma demanda potencial da ordem de 20,4 mil t de sementes melhoradas. A oferta desse insumo no Nordeste foi de cerca de 9 mil t, o que resulta numa taxa de utilização de sementes melhoradas de apenas 44%. Como o objetivo do Programa é alcançar, em 1984, um percentual de 76,6% para a

(4) *"Tratos Culturais"* – EMBRAPA – CNPA – Boletim técnico nº 1, de maio/1979, págs. 26 a 42.

semente do herbáceo, deduz-se que todo esforço será direcionado para aquela região. Por outro lado, a renovação anual de plantio da espécie arbórea — considerada cultura perene — é da ordem de 25%, percentual que, em 1979, correspondeu a 590 mil ha. Em relação à necessidade de sementes selecionadas[5], essa área demandou, em 1979, cerca de 7 mil t, isto é, um volume cinco vezes superior à quantidade ofertada.

É bem provável, contudo, que os percentuais de utilização de sementes melhoradas no Nordeste, sejam, na realidade, ainda menores. Como a oferta de sementes não satisfaz a demanda dos cotonicultores, o preço desse insumo é bem superior ao preço do caroço de algodão comum, empregado como semente no plantio. Devido à falta de seleção do caroço que serve de semente, a conseqüência é o uso de materiais de má qualidade no plantio, resultando em produtividade cada vez menor.

As formas arcaicas de exploração da terra, por sua vez, também contribuem para o baixo índice de capitalização da cultura algodoeira e, por conseguinte, para a perpetuação do uso de técnicas rudimentares de produção.

ARCAÍSMO NA EXPLORAÇÃO DA TERRA

As formas de exploração do algodão podem ser visualizadas no Quadro 1. De início, é interessante notar que, no Nordeste, os produtores sem terra (parceiros e ocupantes) respondem por uma parcela mais significativa da produção do que nas demais regiões produtoras. Em média, cerca de 16% da produção do algodão herbáceo nordestino são produzidos via parceiros e ocupantes, enquanto nos estados selecionados da região meridional somente 9% da produção provêm dessas categorias de produtores. No caso particular do algodão arbóreo, explorado exclusivamente no Nordeste, há uma concentração maior de produtores sem terra, que desenvolvem suas atividades dentro do sistema de parceria.

No Nordeste, devido às precárias condições econômicas do produtor, é extremamente reduzido o número de contratos de arrendamento de terras para a exploração da fibra. Assim, nessa região, a percentagem da produção proveniente de arrendatários é bastante inferior à verificada na região meridional (em média, 7% e 30%, respectivamente). E isso ocorre também no caso do algodão herbáceo, espécie em que a exploração por arrendamento é mais expressiva.

O produtor, se não possui terras próprias, procura empregar-se como parceiro, pois isto lhe dá, de imediato, moradia e alimentação, sem que precise arrendar diretamente um pedaço de terra. Posteriormente, esses "benefícios" serão descontados do preço do algodão, manipulado pelo proprietário da terra, detentor do privilégio de comercializar a produção.

Outra diferença marcante entre as produções setentrional e meridional, refere-se à participação dos pequenos proprietários no total da produção. Os proprietários de estabelecimentos menores do que 50 ha, localizados nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, contribuem com cerca de 65% da produção de algodão herbáceo, enquanto nos estados de São Paulo, Paraná, Goiás e Minas Gerais, este percentual cai para 38%. No caso do algodão arbóreo, que é explorado menos intensamente nas pequenas propriedades, a participação desse estrato (estabelecimentos de até 50 ha) situa-se em torno de 46%, percentual ainda assim superior ao da participação dos pequenos proprietários na produção do algodão herbáceo na região meridional.

Somando-se as respectivas parcelas, conclui-se que os pequenos proprietários, parceiros[6] e ocupantes, que exploram o algodão herbáceo no Nordeste, são responsáveis por mais de 80% da produção, enquanto, na cotonicultura meridional, esta participação não alcança 50%. Para o algodão arbóreo, o percentual cai para 62,3%. De modo geral, considerando-se as duas espécies da malvácea, quase 70% da produção do algodão nordestino provêm de explorações de pequenos proprietários ou de produtores sem terra.

Concretamente, o que leva o proprietário nordestino de um estabelecimento superior a 50 ha a optar pela mão-de-obra moradora, ao invés da assalariada, é a possibilidade de repartir com a

(5) a densidade de plantio do algodão arbóreo é de 12 kg/ha.

(6) A parceria é marcante em estabelecimentos superiores a 50 ha, segundo Brizolla, Sandra de Negraes, em *"Relações Pré-Capitalistas na Agricultura do Algodão Arbóreo no Ceará"*, Campinas — dissertação de mestrado).

Agroanalysis, 5(1): 3-14, janeiro de 1981

QUADRO 1

AALGODÃO: ESTADOS SELECIONADOS — Participação Percentual na Produção por Categoria de Produtores — 1975

Estados	Proprietário			Arrendatário			Parceiro			Ocupante			Parceiro + Ocupante		
	(1)	(2)	Total	(1)	(2)	Total	(1)	(2)	Total	(1)	(2)	Total	(1)	(2)	Total
São Paulo	69,5	—	69,5	20,2	—	20,2	8,3	—	8,3	2,0	—	2,0	10,3	—	10,3
Paraná	58,7	—	58,7	22,9	—	22,9	16,3	—	16,3	2,1	—	2,1	18,4	—	18,4
Goiás	68,6	—	68,6	26,6	—	26,6	4,3	—	4,3	0,5	—	0,5	4,8	—	4,8
Minas Gerais	82,5	—	82,5	14,5	—	14,5	1,6	—	1,6	1,3	—	1,3	2,9	—	2,9
Paraíba	60,0	85,8	79,2	22,1	3,3	8,1	2,7	5,2	4,6	15,2	5,7	8,1	17,9	10,9	12,7
Rio Grande do Norte	67,4	80,4	77,0	16,8	4,5	7,7	4,1	4,9	4,7	11,7	14,9	14,1	15,7	19,8	18,8
Ceará	78,8	79,0	79,0	4,8	3,8	4,0	4,4	7,6	6,9	11,9	9,5	10,0	16,3	17,1	16,9
Pernambuco	60,7	82,6	75,7	25,2	1,1	8,7	3,5	3,9	3,7	10,6	12,4	11,9	14,1	16,3	15,6

NOTA: As colunas com a notação (1) referem-se ao algodão herbáceo e as com a notação (2) ao algodão arbóreo.
FONTE: Censo Agropecuário de 1975 — FIBGE.

primeira os riscos econômicos da cultura, uma vez que permite a divisão dos prejuízos no caso de quebra da produção ou de ocorrência de preços baixos. A parceria foi, pois, a forma encontrada pelo proprietário para reduzir o grau de incerteza do empreendimento.

DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO

Essas formas arcaicas de exploração da terra estão diretamente vinculadas a mecanismos igualmente tradicionais de comercialização. No caso da parceria, por exemplo, os gastos que o proprietário tem com o morador — fornecimento de insumos, terra, moradia e eventualmente alimentação — são compensados pela exclusividade da entrega da produção. O proprietário se encarregará da comercialização e pagará ao parceiro a metade do valor obtido com a venda do produto. Se o proprietário da terra também se dedica à criação de bovinos, é de seu interesse associar-se a uma cooperativa para a aquisição de alimento para o gado (geralmente a torta — subproduto do algodão) a um preço compensador, muitas vezes, equivalente à metade do preço de mercado. Pela produção de algodão, a cooperativa paga ao proprietário o preço mínimo oficial. A diferença relativa ao preço de mercado é paga geralmente no final da safra, época que coincide com a liqüidação dos EGFs contratados pela cooperativa. O parceiro só recebe do proprietário a metade do valor do produto comercializado pelo preço mínimo e, normalmente, não lhe chega às mãos nenhuma parcela da diferença de preço mencionada.

Se o proprietário opta por comercializar sua safra com as indústrias de beneficiamento particulares, a negociação é efetuada antes da entrada da safra, geralmente em junho ou julho, período que coincide com o final da colheita da safra meridional, caracterizado por preços em baixa. A remuneração em espécie ao parceiro é feita com base neste preço, calculado sobre a metade do que ele produziu. O proprietário, contudo, só fecha o preço contratado com a usina na época mais propícia do mercado (entre setembro e dezembro).

A situação do pequeno proprietário não difere muito da do parceiro. O baixo índice de capitalização de sua cultura leva-o, não raramente, a depender de financiamento do intermediário (ligado às usinas ou, mesmo, autônomo) que, em contrapartida, obtém a garantia do recebimento da produção. Geralmente, os preços são contratados "na folha", ou seja, antes mesmo que o algodão esteja pronto para ser colhido, o que, muitas vezes, impede que ele receba o preço vigente no mercado, na época da colheita.

O crédito rural seria o instrumento adequado para corrigir distorções deste tipo. O Quadro 2 mostra, no entanto, que, no Nordeste, em 1975, o número de contratos de crédito rural, correspondia a somente 15% do número de estabelecimentos que plantam algodão contra quase 90% na região meridional. A maior parte das propriedades pequenas é extremamente dependente de fontes de financiamento que não operam com taxas de juros subsidiados. Assim, a situação econômica da maioria dos cotonicultores nordestinos, já prejudicada na órbita comercial, torna-se ainda mais precária.

Teoricamente, o crédito bancário oficial é acessível ao pequeno proprietário. Contudo, interessa mais às agências financiar um pequeno número de produtores que ofereçam mais segurança, de modo a reduzir os custos e os riscos da operação. Por outro lado, o pequeno proprietário, temeroso de perder suas terras, em anos de safra ruim, para liqüidar seus débitos junto à rede bancária, acautela-se quanto à tomada de empréstimos.

COOPERATIVISMO: UMA ALTERNATIVA

Somente associando-se a uma cooperativa, o pequeno proprietário conseguirá ter acesso ao sistema de crédito rural. Contudo, a prática comercial da cooperativa vem a ser um empecilho à filiação do produtor. Devido à escassez de recursos disponíveis para atender às obrigações mais imediatas, a cooperativa não paga integralmente o preço no ato da entrega do produto pelo cooperado. Essa prática comercial consiste em pagar o equivalente do preço mínimo no ato de entrega do algodão em caroço e, somente no final da safra, após a venda do algodão beneficiado, devolver, ao cooperado, a diferença entre a parcela já paga e o preço de mercado, Como, geralmente, na época da colheita, a necessidade de liqüidez do pequeno proprietário é premente, ele prefere transacionar

QUADRO 2

ALGODÃO: BRASIL E REGIÕES – Distribuição do Crédito Rural por Modalidades de Empréstimo – 1975

	Norte-Nordeste	Centro-Sul*	Brasil
1 – Número de propriedades que plantam algodão	304.169	40.460	344.629
2 – Número de Contratos de Custeio	42.265	27.231	69.496
3 – Número de Contratos de Investimento(1)	1.456	–	1.456
4 – Número de Contratos de Comercialização	1.349	8.962	10.311
5 – Número de Contratos de Crédito Rural (2+3+4)	45.070	36.193	81.263
6 – Percentagem de Beneficiados (%)			
Relação 2/1	13,9	67,30	20,17
Relação 3/1	0,48	–	0,42
Relação 4/1	0,44	22,15	2,99
Relação 5/1	14,82	89,45	23,58

FONTE: FIBGE – Censo Agropecuário de 1975 e CONCRED – Crédito Rural 1966/1976 – Vol. I – Brasil – Ministério da Agricultura.
(1) Para fundação de lavouras – algodão arbóreo.
* Sudeste, Centro-Oeste e norte do Paraná.

seu produto com um intermediário, recebendo, de uma vez, um preço um pouco superior ao mínimo oficial, mas, ainda assim, abaixo do vigente no mercado.

Por outro lado, o restrito acesso dos produtores ao crédito de comercialização só faz agravar a situação. O Quadro 2, mostra que, em 1975, o número total de contratos de comercialização correspondia a 0,44% do número de estabelecimentos no Nordeste, contra 22,15% na região Centro-Sul. Ademais, devido à pequena participação das cooperativas no esquema de comercialização, os intermediários(7) são, dentre aqueles que têm acesso ao crédito oficial para comercialização, os maiores beneficiados (ver Quadro 3). As cooperativas, contudo, têm consciência da grande importância do crédito de comercialização na região e procuram, por meio de intermediários, estender seus empréstimos a produtores

(7) Os intermediários podem ser independentes ou trabalhar para uma usina.

QUADRO 3

ALGODÃO: REGIÕES SELECIONADAS — Distribuição Percentual dos EGFs Destinados aos Produtores e Cooperativas e a Intermediários — Safras 1968/69 - 1978/79

Anos		NORTE/NORDESTE		CENTRO SUL	
		Algodão em Caroço	Algodão em Pluma	Algodão em Caroço	Algodão em Pluma
1968/69	Produtores e Cooperativas	—	2,93	—	29,13
	Intermediários	—	97,07	—	70,87
	TOTAL	—	100,00	—	100,00
1969/70	Produtores e Cooperativas	—	3,17	—	33,59
	Intermediários	—	96,83	—	66,41
	TOTAL	—	100,00	—	100,00
1970/71	Produtores e Cooperativas	—	4,40	—	33,25
	Intermediários	—	95,60	—	66,75
	TOTAL	—	100,00	—	100,00
1971/72	Produtores e Cooperativas	—	4,48	—	30,59
	Intermediários	—	95,52	—	69,41
	TOTAL	—	100,00	—	100,00
1972/73	Produtores e Cooperativas	—	4,66	—	25,43
	Intermediários	—	95,34	—	74,57
	TOTAL	—	100,00	—	100,00
1973/74	Produtores e Cooperativas	—	10,32	—	29,69
	Intermediários	—	89,68	—	70,31
	TOTAL	—	100,00	—	100,00
1974/75	Produtores e Cooperativas	—	6,69	15,89	27,44
	Intermediários	—	93,31	84,11	72,56
	TOTAL	—	100,00	100,00	100,00
1975/76	Produtores e Cooperativas	19,11	5,36	16,52	17,79
	Intermediários	80,89	94,64	83,48	82,21
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
1976/77	Produtores e Cooperativas	23,66	12,44	26,17	22,43
	Intermediários	76,34	87,56	73,83	77,57
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
1977/78	Produtores e Cooperativas	53,96	12,28	9,71	13,06
	Intermediários	46,04	87,72	90,29	86,94
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00
1978/79	Produtores e Cooperativas	49,29	12,13	20,62	16,56
	Intermediários	50,71	87,87	79,38	83,44
	TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

NOTA: O maior volume de recursos de crédito destina-se, geralmente, à comercialização do algodão em pluma, na qual predomina a participação dos intermediários.
FONTE: CFP — *"A Política de Preços Mínimos dentro de uma Perspectiva de Desenvolvimento Econômico"* — capítulo V — Coleção Análise e Pesquisa — vol. 12 — 1979.

não-cooperados, com o objetivo de preservar ou ampliar sua área de ação.

Alguns dados elaborados pela CFP[8] mostram que a participação média dos EGFs para produtores e cooperativas no volume da produção setentrional de algodão em pluma, no período 1968/75, foi de apenas 0,8%. Como o volume de EGFs no Nordeste atende a 15% da produção total de algodão produzido, deduz-se que 14,2% foram destinados aos intermediários. Em outras palavras, isto significa dizer que 95% dos EGFs para o algodão em pluma, contratados pela região setentrional neste período, couberam aos intermediários e 5% aos produtores e cooperativas. Na região meridional, estes percentuais foram respectivamente 72% e 28%, evidenciando que, no Nordeste, o papel da intermediação no financiamento dos produtores encontra-se hipertrofiado.

Verificou-se, contudo, nos últimos anos, uma elevação na participação dos EGFs destinados às cooperativas no Nordeste, fato que não ocorreu em outras regiões. O Quadro 3 demonstra, ainda, que o ritmo desta elevação tem sido mais intenso para

(8) *"Avaliação da Política de Preços Mínimos"* Coleção Análise e Pesquisa – vol. 2.

QUADRO 4

ALGODÃO EM PLUMA: ESTADOS SELECIONADOS – Distribuição Percentual do Produto Comercializado por Cooperativas e Indústrias de Beneficiamento Particulares – Safra 1975/76 (em %)

Estado	Safra	Cooperativa (%)	Indústrias de beneficiamento particulares (%)	Número de firmas particulares que respondem por cerca de 50% da produção
Paraíba	1975/76	zero	100,0	3
Ceará	1976/77	25,0	75,0	14
Rio Grande do Norte	1975/76	12,0	88,0	4
São Paulo	1975/76	14,0	86,0	8
Paraná	1975/76	8,0	92,0	5
Goiás	1975/76	0,3	99,7	2

Fontes: Bolsa de Mercadorias da Paraíba (Departamento de Classificação); Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Ceará; Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Norte; Bolsa de Mercadorias de São Paulo – Relatório da Diretoria – Março/77.

a comercialização do algodão em caroço. De fato, a importância da cooperativa no esquema de comercialização do algodão nordestino vem reduzindo paulatinamente o espaço da intermediação. Sua participação, porém, ainda é pouco significativa.

Os dados relativos a 1976 (ver Quadro 4) revelam que as cooperativas têm exercido um papel inexpressivo na produção, comercialização e beneficiamento da fibra, não apenas no Nordeste, mas também nas demais regiões produtoras. Evidenciam, ainda, a existência de um mercado bastante concentrado, em mãos de poucas firmas particulares. Ou seja, um mercado com características oligopsônicas, pelo lado da aquisição da matéria-prima (algodão em caroço) e oligopólicas, no tocante à venda do produto beneficiado (algodão em pluma).

Essas características podem explicar a elevada margem de comercialização do pluma e a resistência de seus preços à queda, mesmo em fase de abundância de oferta. No Quadro 5, pode-se observar que esta margem de comercialização é bem maior para o algodão cearense do que para o produto paulista, apesar do estado nordestino apresentar uma estrutura de mercado menos concentrada do que a de São Paulo. Todavia, no Nordeste como um todo, o restrito acesso ao crédito oficial cria um laço de dependência financeira que, em última instância, reflete-se nos preços do produto *in natura*. A receita dos cotonicultores, já reduzida pela entrega da produção a preços vís, torna-se ainda menor quando são deduzidos os juros dos empréstimos informais, ou seja, aqueles que foram tomados junto aos intermediários.

Financeira e comercialmente dependentes dos principais beneficiários do crédito, os responsáveis pela maior parcela da produção do algodão nordestino (pequenos proprietários e parceiros) encontram-se constantemente numa situação de aperto. O ganho bruto obtido com a venda do algodão muitas vezes não cobre as despesas financiadas por aqueles que têm acesso ao crédito formal. Ora, como o único meio de saldar a dívida é a venda da produção, interessa aos intermediários e aos grandes produtores financiarem os parceiros e pequenos proprietários. Um novo ciclo débito-crédito é formado e a dívida não paga aumenta, obviamente acrescida de juros acumulados.

Em alguns casos, o intermediário comprador da produção não tem acesso direto ao crédito bancário. Nessas circunstâncias, opera como mero repassador de recursos de terceiros que se constituem em tomadores de empréstimos na rede bancária, muitas vezes a juros subsidiados. Dessa forma, amplia-se a cadeia da intermediação financeira, onerando os juros pagos pelo último elo na corrente de tomadores de empréstimos, que é o pequeno agricultor. Sobrecarregado de encargos financeiros, o agricultor acaba por reduzir ao mínimo os gastos diretos com a cultura, o que, tecnicamente, significa eliminar as despesas com os insumos e os tratos culturais.

APESAR DE TUDO, O PLANTIO SE MANTÉM

Em face das distorções que caracterizam os sistemas de produção e de comercialização no Nordeste, seria de se esperar que os principais responsáveis pela produção da lavoura (pequenos proprietários e produtores sem terra) reduzissem a área destinada à cultura em épocas de elevado prejuízo. A área de cultivo da malvácea, no entanto, praticamente não se modificou ao longo do período em tela, principalmente em relação ao algodão arbóreo, menos afetado por fatores econômicos. Por se tratar de cultura plantada em regiões semi-áridas, não se conhece, no momento, atividade agrícola alternativa de mesma rentabilidade. Além disso, o plantio do algodão arbóreo faculta a obtenção de crédito para as atividades que se desenvolvem juntamente com o cultivo do algodão arbóreo, tais como a criação de gado e de culturas alimentares de subsistência. Essas facilidades paralelas contribuem para a manutenção de sua área de cultivo. Por outro lado, a necessidade do parceiro de manter o nível de produção para liqüidar as dívidas com o proprietário constitui também, um fator de estabilização da área plantada com o arbóreo.

Por sua vez, o algodão herbáceo, por ter menor tolerância à seca, é plantado em regiões aluviais, o que lhe confere de antemão um índice de produtividade superior. Em função dessa maior produtividade, o retorno econômico da espécie herbácea é superior ao da arbórea, exigindo, no entanto, maiores cuidados no campo. Via de re-

Agroanalysis, 5(1): 3-14, janeiro de 1981

QUADRO 5

SÃO PAULO E CEARÁ: Preço Recebido pelo Produtor pelo Algodão em Caroço e Percentual Correspondente aos Custos de Beneficiamento e de Comercialização do Algodão em Pluma – 1976/79

Anos	Estados	Preço Recebido pelo Produtor (algodão em caroço) (Cr$/@)	Preço Equivalente em Pluma do Algodão em Caroço(1) (Cr$/@) A	Preço de Comercialização do Algodão em Pluma(2) (Cr$/@) B	Percentual Correspondente aos Custos de Beneficiamento e Comercialização (%) B/A
1976	São Paulo	87,15	256,32	310,70	21,21
	Ceará	82,95	276,50	370,87	34,13
1977	São Paulo	91,80	270,00	284,27	5,28
	Ceará	89,85	299,50	376,69	25,77
1978	São Paulo	116,70	343,23	385,48	12,23
	Ceará	100,65	335,50	451,85	34,68
1979	São Paulo	172,80	508,23	562,67	10,73
	Ceará	184,20	614,00	708,31	15,36

FONTE: CEA/FGV, Bolsa de Mercadorias de São e Anuários Estatísticos da CFP.
(1) Segundo o rendimento industrial (São Paulo: 34% e Ceará: 30%). Calculado a partir da equação: Preço Recebido pelo Produtor : Rendimento Industrial.
(2) Cotado na Bolsa de Mercadorias de São Paulo. Médias Anuais – SP-tipo 5 e Ceará – N/NE tipo 3/4, fibra 32/34 mm.

gra, portanto, a cultura do herbáceo proporciona maior receita ao cotonicultor nordestino, não só no plantio solteiro mas também no consorciamento com o arbóreo. Por essa razão, a linha de crédito subsidiado pelo governo para o algodão herbáceo, que se restringia somente às zonas aptas ao seu plantio, foi estendida às regiões onde também são cultivados os tipos arbóreos.

UM NOVO TIPO DE ALGODÃO

Este incentivo veio ampliar a disseminação de um novo tipo de algodão, denominado "rasga-letra" (Paraíba) ou "verdão" (Ceará) híbrido natural das espécies arbórea e herbácea, que possui uma produtividade superior à do arbóreo e à do herbáceo, na região. Contudo, a qualidade da fibra desse híbrido (tamanho, uniformidade, resistência, espessura etc) é incompatível com os requisitos técnicos da indústria têxtil. Este algodão é basicamente utilizado para a fabricação de tecidos grosseiros, sacaria e redes. No entanto, a degenerescência que esta semente vem sofrendo pelas inúmeras misturas (arbóreo/herbáceo/"rasga-letra") vem reduzindo anualmente a produtividade do híbrido.

A importância do "rasga-letra" é ressaltada pelos dados divulgados recentemente pela Embrapa. Assim, em 1979, quase 100 mil ha desta variedade foram plantados no Ceará, ou seja, cerca de 8% da área algodoeira do estado foram ocupados com o tipo "verdão" ou "rasga-letra". Na Paraíba, foram plantados 52,8 mil ha, cerca de 9% da área destinada à cotonicultura e, no Rio Grande do Norte, 36 mil ha, que correspondem a 7% da área semeada no estado.

PLANOS PARA O FUTURO: O PÓLO TÊXTIL

Diante desse quadro, não é sem propósito que a Sudene vem desenvolvendo dois programas com o objetivo de modificar o processo de decadência da cotonicultura do Nordeste. O primeiro preconiza a instalação de um pólo industrial têxtil nessa região. O segundo se refere às pesquisas com o algodão, a serem efetivadas pela Divisão de Pesquisa e Experimentação da Sudene, juntamente com o Centro Nacional de Pesquisa de Algodão (CNPA) da Embrapa, sediado na Paraíba.

O projeto do pólo têxtil consiste na instalação de cerca de 1,8 milhão de fusos na região, até 1989. A viabilidade econômica do projeto baseia-se na concessão de estímulos e na transferência de máquinas e de equipamentos obsoletos da região Centro-Sul para o Nordeste. Esses equipamentos possibilitarão um aproveitamento em maior escala da mão-de-obra barata disponível. Com a instalação dos 1,8 milhão de fusos previstos, o total em funcionamento, em 1989, seria de cerca de 2,6 milhões.

Como cada fuso demanda cerca de 0,11 t de algodão em pluma/ano, estima-se que a região estaria consumindo, naquele ano, cerca de 286 mil t de algodão em pluma, contra quase 90 mil t utilizadas em 1978. Das 286 mil t previstas para o consumo, em 1989, há estimativa de que cerca de 70% da fibra proviriam do herbáceo, ou seja, 200 mil t e, as 86 mil t restantes, do arbóreo.

Atualmente, em condições normais de clima, o Nordeste é capaz de produzir 70 mil t de algodão herbáceo e 110 mil t de algodão arbóreo. Neste caso, a região deveria produzir mais 130 mil t de algodão herbáceo, em 1989. Mantendo-se os atuais níveis de produtividade (380 kg/ha de algodão em caroço) a necessidade de expansão da área de plantio com algodão herbáceo, naquela região, seria da ordem de 1,14 milhão de ha. No momento, estima-se que os 300 mil ha, em processo de ocupação pelo tipo híbrido ("verdão" ou "rasga-letra") poderiam ceder lugar ao herbáceo, se a produtividade do algodão, nestes campos, atingisse, pelo menos, 450 kg/ha, média alcançada pelo "verdão".

Nos ensaios de competição com o "rasga-letra", o CNPA mostra ser possível conseguir um rendimento físico de até 800 kg/ha para o algodão herbáceo, em virtude do uso de um novo tipo de semente (SU-0450/8909). Assim, se fosse alcançado este nível de produtividade, nos 300 mil ha disponíveis para o plantio do algodão herbáceo, a produção de algodão equivalente em pluma alcançaria 72 mil t. Como a necessidade adicional é de 130 mil t, restariam ainda para serem produzidas mais 58 mil t. Supondo serem impossíveis novas incorporações de terras à área disponível de 1,0 milhão de hectares (700 mil ha efetivamente ocupados mais 300 mil ha potenciais) as 58 mil t teriam que ser produzidas nos campos hoje plantados com o algodão herbáceo (700 mil ha). Neste

caso, a produtividade, nas áreas já ocupadas, teria que se elevar para 609 kg/ha(9).

Como praticamente toda a produção do algodão arbóreo é consumida atualmente pelo mercado interno, as 86 mil t adicionais a serem produzidas na região, em 1989, deverão ser destinadas para abastecer o parque têxtil nordestino. A falta de estudos que definam a área a ser incorporada aos atuais 2,6 milhões de ha plantados, impede que se faça algum prognóstico preciso sobre a base física necessária ao aumento da produção programado. Sabe-se, contudo, que a área antes destinada ao arbóreo e que foi sendo absorvida pelo "verdão" dificilmente será revertida ao plantio original, porque a possibilidade de obtenção de uma produtividade superior à do "rasga-letra" é menor para o arbóreo do que para o herbáceo.

Supondo esgotadas as possibilidades de incorporação de novos hectares para o plantio do algodão perene, a produtividade deste tipo de algodão deveria passar dos atuais 168 kg/ha para 250 kg/ha, para atender às necessidades previstas. Os campos experimentais mostram ser possível conseguir até 500 kg/ha, se o produtor utilizar as variedades melhoradas (mormente a *Bulk-71*) e obedecer às recomendações técnicas de cultivo. Assim, o Nordeste teria condições de produzir as quantidades previstas para a instalação do pólo têxtil. Contudo, para que o volume projetado seja alcançado, é necessário atuar sobre as variáveis responsáveis pelo baixo nível de produtividade da cultura.

No entanto, de antemão, podem ser postos em dúvida os resultados que seriam gerados pelos programas da Sudene, caso persista o principal entrave ao aumento da produção algodoeira na região, que é a elevada dependência comercial e financeira dos produtores. A demanda adicional, pretendida pela instalação do pólo industrial têxtil do Nordeste, ao invés de estimular a oferta, corre o risco de não ser satisfeita na medida desejada, se mantida a atual estrutura de comercialização (e financiamento) do algodão. Nesse sentido, talvez seja necessário destinar às cooperativas parte do crédito que é apropriado pelos tomadores de empréstimos que não cultivam diretamente o algodão, como forma de estimular mudanças nas práticas de comercialização. Deste modo, um maior número de pequenos proprietários seria incentivado a operar com o sistema financeiro, via cooperativa, tornando mais marcante a presença desta instituição nos esquemas de comercialização e de financiamento do algodão.

Ao reter em suas mãos uma parcela maior dos ganhos, o pequeno proprietário teria condições de aprimorar tecnicamente o cultivo, obtendo, com isso, uma produtividade mais elevada. Paralelamente, é indispensável que se estimule o crescimento da oferta de sementes melhoradas, para que seu preço se torne mais acessível.

Quanto aos parceiros que se dedicam basicamente à exploração do algodão arbóreo, a dependência integral do proprietário, que lhes fornece o financiamento e comercializa sua produção, constitui impasse mais difícil de ser solucionado. Sua situação econômica, porém, não difere muito da do pequeno proprietário. Deste modo, também aos parceiros deveria ser facilitado o acesso ao sistema de crédito rural, possibilitando-lhes cortar os laços de dependência comercial com o dono da terra.

Em suma, a concretização do aumento da produção de algodão no Nordeste, para atender às metas do programa governamental, dependeria, em última instância, de mudanças substanciais, tanto na estrutura como nos sistemas de produção e de comercialização que prevalecem na região, destinadas a possibilitar a retenção dos lucros por parte dos produtores diretos.

(9) 700 mil ha x 609 kg/ha = 426,3 mil t de algodão em caroço
300 mil ha x 800 kg/ha = 240,0 mil t de algodão em caroço
Total 663,3 mil t de algodão em caroço
(o rendimento industrial é de 30%, logo 663,3 mil t de algodão em caroço equivalem, em termos de pluma, a 200 mil t).

COMENTÁRIOS

ARROZ

A remuneração dos produtores afetou o plantio

Baseando-se nas condições da lavoura orizícola até o início do ano, a Comissão de Financiamento da Produção estima, atualmente, um modesto acréscimo na quantidade a ser colhida, dentro de algumas semanas, que evoluiria das 9,638 milhões de t obtidas na safra passada, para 9,65 milhões de t (+0,12%).

Esta estagnação no crescimento da produção vem suceder à recuperação da oferta interna do cereal, verificada na safra 1979/80, que foi ligeiramente superior à maior safra anteriormente registrada (1975/76, com 9,56 milhões de t). Portanto, mais uma vez, o incremento da produção de arroz se situará abaixo da expansão populacional e, desta feita, será bem inferior à taxa anual de crescimento da produção orizícola no país, durante a década de 70 (1,6%).

Uma situação aparentemente de aperto, uma vez que o consumo interno do produto deverá progredir ainda mais no ano corrente, estimulado pelos preços relativos favoráveis ao consumidor e pela anunciada efetivação da retirada do subsídio do trigo. Em 1980, o consumo estimado de arroz foi da ordem de 9 milhões de t e, calcula-se, deverá ultrapassar as 9,6 milhões de t, em 1981.

No entanto, computando-se o estoque remanescente da safra 1979/80, avaliado em 1,258 milhão de t, e as 440 mil t de arroz em casca já negociadas para a importação, a oferta do cereal para o atendimento às necessidades do abastecimento, em 1981, atinge, aproximadamente, 11,35 milhões de t.

Deste modo, as importações, efetuadas com o duplo objetivo de recompor os estoques em nível satisfatório (atualmente equivalente a dois meses de consumo) e de impedir a especulação com o produto, parecem ter atingido os fins desejados.

Com efeito, o ingresso do produto adquirido no exterior, associado ao elevado volume da safra 1979/80, foi um dos fatores responsáveis pela acomodação dos preços do arroz ao longo do ano passado. Para isto, também contribuiu a alteração nas regras da comercialização, em meados do ano (ver Agroanalysis, vol. 4, nº 7). O resultado desta combinação de fatores foi o pequeno interesse dos orizicultores em expandir o plantio para a atual safra. O Quadro 1 mostra que o orizicultor, ao iniciar as operações de semeadura das lavouras de verão, não poderia depositar grandes esperanças no cereal, tão insatisfatório fora o desempenho dos preços por ele recebidos, até então.

De fato, ainda de acordo com a Comissão de Financiamento da Produção, a área cultivada desta safra terá sido, no máximo, 2% superior à da safra precedente, nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sendo que os maiores ganhos de terras pela orizicultura deram-se, evidentemente, em áreas novas, nas quais o cereal atua como lavoura pioneira. Nestas regiões, os parcos (ou nulos) tratos culturais são responsáveis por baixos custos de produção, ao contrário do que ocorre nas áreas orizícolas tradicionais.

Deve-se atentar para a "inconveniência" da expansão do arroz sob condições de elevado risco de produção, como é o caso das plantações de sequeiro, pois a vulnerabilidade da planta pode comprometer, de um momento para o outro, o abastecimento interno. Mesmo as atuais previsões ainda não estão asseguradas e uma quebra de safra poderá abalar o almejado equilíbrio entre a oferta e a demanda do produto.

Mais ainda, deve-se ponderar se a vigência de preços estáveis em uma conjuntura inflacionária é interessante, para objetivos de maior prazo. Ao que tudo indica, a ausência de incentivos, em nível de mercado, à ampliação do cultivo de arroz nesta safra fundamentou-se na pouca atratividade da cultura, em relação a lavouras competidoras em área.

Talvez a "tranqüilidade" reinante no mercado orizícola, em 1980, ceda lugar, futuramente, a alguma turbulência, derivada da preocupação governamental em não onerar os consumidores, aumentando, com isso,

Agroanalysis, 5(1): 15-17, janeiro de 1981

QUADRO 1

*ARROZ EM CASCA: Principais Estados Produtores — Evolução Real dos Preços Médios Recebidos * pelos Produtores — (Cr$/60 kg)*

Meses	Rio Grande do Sul	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Maranhão
janeiro	1.422	1.411	1.156	1.188	1.096
fevereiro	1.322	1.197	1.021	1.204	922
março	1.029	984	839	918	770
abril**	1.001	890	730	878	696
maio	970	965	791	863	748
junho	936	959	804	864	746
julho	901	901	775	845	714
agosto	907	867	747	834	670
setembro	967	841	716	843	703
outubro	962	800	689	822	759

* Valores de dezembro de 1980, IGP, col. 2, Conj. Econômica.
**Entrada da safra 1979/80.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: SIBRATER — M.A.

os índices inflacionários. Preocupação que deveria ser complementada com o cuidado de não comprimir excessivamente os ganhos dos produtores, influenciando negativamente suas intenções de plantio.

BATATA

1981: Os preços devem subir

Os preços alcançados pela batata, em 1980, mesmo descontando-se a inflação, foram os mais altos já registrados nos últimos treze anos, tanto no atacado, quanto no varejo. Para esta elevação, contribuiu, a par de vários fatores estruturais que vêm, há anos, comprometendo o desenvolvimento da lavoura, o aumento significativo dos preços dos principais insumos utilizados na cultura, como sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Esse aumento foi de tal ordem — sobretudo no caso da batata-semente, cujo peso no custo total é de aproximadamente 50% — que acabou por inibir a expansão da área plantada, frustrando a previsão oficial de que os altos preços do produto, em 1980, serviriam de estímulo ao produtor. Por essa razão, a produção de batata, ao contrário do que foi antecipado, deverá apresentar uma redução da ordem de 10%, em virtude de uma diminuição na área plantada de 12% e de um aumento no rendimento médio esperado de apenas 4%.

A maior queda se fará sentir na safra das águas, a maior das três, cujo período de comercialização é quase coincidente em todos os grandes estados produtores. Esta simultaneidade ocasiona uma oferta muito grande, pressionando demasiadamente os preços para baixo e reduzindo de forma significativa a remuneração do produtor. Por esse motivo, os agricultores têm optado por incrementar as safras da seca e de inverno, cuja quantidade produzida é bem inferior à da safra das águas, embora estas produções demandem maiores investimentos e um uso mais intensivo de mão-de-obra durante o ciclo produtivo.

Tendo em vista estes fatos e, ainda, a provável maior procura por batatas, causada pela futura retirada do subsídio ao trigo, o ano de 1981 poderá registrar preços superiores aos alcançados pelo tubérculo no ano passado. Isto só não acontecerá se as safras da seca e de inverno forem devidamente incentivadas, seja pela liberação de maior quantidade de crédito, seja por uma elevação dos preços recebidos pelos produtores no primeiro semestre do corrente ano.

A médio prazo, no entanto, as garantias de recuperação da lavoura residem na criação de mecanismos estabilizadores de preços e na expansão da oferta de sementes certificadas. Este último é o maior problema da bataticultura nacional, apesar dos esforços governamentais na área de pesquisa e dos incentivos concedidos à produção de batata-semente de boa qualidade e isenta de fungos e doenças.

De fato, a atual quantidade ofertada de sementes certificadas atende a apenas 30% das necessidades do plantio. Mesmo o estado do Paraná, maior produtor brasileiro do tubérculo, utiliza este insumo em apenas 10% de sua área plantada, o que lhe confere uma das menores produtividades do país.

Com vistas à solução deste problema, o governo federal lançou, em meados de 1979, o "Programa de Produção e Abastecimento da Batata". Tal plano incorpora um projeto de zoneamento agrícola e um escalonamento da liberação do crédito nas agências bancárias, vinculado à época da semeadura das diversas regiões produtoras. Procura avaliar, igualmente, as necessidades de importação de batata-semente até 1983.

No entanto, os problemas de produção de batata, no país, a exemplo dos demais produtos hortigranjeiros, possui grande complexidade e sua resolução exigirá, de parte das autoridades governamentais, uma estratégia global para este segmento da produção agrícola.

Agroanalysis, 5(1): 15-17, janeiro de 1981

Impresso na

COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ARTES
GRAFICAS
RUA RIACHUELO ,128
TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, José Joaquim de Sá Freire Alvim e Octávio Gouvêa de Bulhões

CONSELHO CURADOR
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mario Henrique Simonsen
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugênio Decourt
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Antônio Carlos Lemgruber

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 -- 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL